



Recebido em 15/03/2024

Aceito em 12/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53101

ARTIGO

***A selbsthülfe* (autoajuda-mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX**

The *selbsthülfe* (mutual-selfhelp) in the development of rural communities in the interior of RS at the beginning of the 20th century

Josei Fernandes Pereira

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo

<https://orcid.org/0000-0001-8941-1604>

RESUMO: A busca pela *liveability* (qualidade de vida) não é um fenômeno recente, podendo ser analisado em inúmeros movimentos históricos, como na implantação das primeiras cooperativas rurais no sul do Brasil, no início do século XX. O desenvolvimento destas comunidades europeias oferece elementos para refletir sobre a presença de uma mentalidade associativa, baseada nos princípios cooperativos originados nas contradições da revolução industrial. Analisando documentação arquivada em antigas cooperativas de crédito rurais, buscamos refletir sobre a atuação destes grupos sociais na ação pública das comunidades coloniais, analisando práticas de poder local ao longo da Primeira República, nas regiões de colonização europeia sul-brasileiras. Os resultados indicam que estas experiências produziram um modelo cooperativista pautado tanto por ideais socialistas utópicas, quanto por práticas liberal-burguesas, constituindo um campo de mobilizações, associações e forças sociais que buscaram a satisfação das necessidades locais, a qualidade de vida e a conquista do poder local.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo. Sociedade civil. Poder local.

ABSTRACT: The pursuit of liveability (quality of life) is not a recent phenomenon and can be observed in numerous historical movements, such as the establishment of the first rural cooperatives in southern Brazil in the early 20th century. The development of these European communities provides elements for reflecting on the presence of an associative mindset, grounded in cooperative principles that emerged from the contradictions of the Industrial Revolution. By analyzing archived documents from early rural credit cooperatives, this study explores the role of these social groups in public action within colonial communities, examining practices of local power during the First Republic in the European-colonized regions of southern Brazil. The findings indicate that these experiences produced a cooperative model shaped by both utopian socialist ideals and liberal-bourgeois practices, forming a field of mobilizations, associations, and social forces aimed at addressing local needs, improving quality of life, and achieving local power.

KEYWORDS: Cooperativism. Civil society. Local power.

Introdução

A busca dos indivíduos e das sociedades por qualidade de vida é um fenômeno bastante presente na contemporaneidade, estudado por pesquisadores tanto do ponto de vista da melhoria das condições ambientais de vida, num determinado local, quanto do ponto de vista da melhoria das condições econômicas e sociais de vida. Nessa busca por qualidade de vida (ou *liveability*, cfe. DOWBOR, 1999), outros fenômenos se somam ao esforço pela melhoria das condições locais, em especial, aqueles ligados à autotransformação econômica e social do local em que se vive. Conceitos como o de autotransformação, poder local e positivação do poder, representam importantes chaves teóricas para a compreensão deste movimento que se amplia, de forma mais expressiva, em países desenvolvidos. Para Dowbor (1999, p. 12), a incompatibilidade entre qualidade de vida e desenvolvimento econômico leva determinados agrupamentos humanos, em condições específicas, a mobilizar racionalmente o seu entorno, com o intuito de organizar suas condições de vida e romper o condicionamento à passividade, marcada, ao longo do século XX, pela dualidade estatização e liberalização, ou seja: deixar um plano central decidir os rumos das nossas vidas ou deixar o mercado guiar para o seu projeto de mundo.

A criação de mecanismos de autotransformação da realidade econômica e social local passa, contudo, pela necessidade de descentralização, desburocratização e, principalmente, participação: “O poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, sem dúvida, mas é sim condição necessária: a democracia começa por casa” (DOWBOR, 1999, p. 14). No caso do desenvolvimento da sociedade brasileira, verifica-se uma herança de desequilíbrios, somados à cultura da espera passiva pelos ajustes feitos ‘de cima’, numa alusão ao paternalismo político manifestado pelas experiências políticas do final do império e início da república (final do século XIX e início do XX). Dentre estas heranças, encontram-se o círculo vicioso de relações desiguais de dependência, troca de favores e a prática do clientelismo, cujas causas são de um modo geral apontados por Dowbor como:

A dramática centralização de poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade leva, em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo do desenvolvimento econômico e social (DOWBOR, 1999, p. 20).

Já na esfera política, a ideia de ‘poder local’ pode ser pensada de dois modos antagônicos, situados em contextos diferentes da história política do Brasil: o primeiro, ligado à formação histórica do patrimonialismo, e em suas manifestações mais perceptíveis nas tradições políticas do coronelismo (até o final da Primeira República), do clientelismo (a partir do processo de urbanização, a partir da segunda república) e do pessoalismo, prática persistente ao longo de toda a história republicana brasileira. O segundo, mais atual, fruto das movimentações políticas da redemocratização em 1988, que trata da descentralização, da participação e

da criação de mecanismos eficientes para o exercício da cidadania, num esforço de reinvenção do próprio conceito de poder local, unindo a dimensão sociológica à espacial (*empowerment*) e promovendo maior interação entre redes sociais, instituições locais, Estado e sociedade-civil (SANTIN, 2007).

O conceito de ‘estado federal’ tem origem na Constituição dos Estados Unidos (1787), com a ideia de união das coletividades autônomas, ou seja, a criação de vários centros sobre os quais orbitam os interesses locais (SANTIN, 2007). Tem, portanto, suas raízes no absolutismo (Inglês e Francês), que ‘empurrou’ grupos contrários à concentração de poder para os novos territórios coloniais, e possuindo, em tese, a capacidade de dificultar a acumulação de poder num único órgão, impedindo, assim, o aparecimento de regimes absolutistas.

Não obstante o federalismo clássico tenha surgido da união, analogamente à uma força centrífuga, de estados independentes, por força da cultura e das origens étnicas em comum (como no exemplo das 13 colônias inglesas), o federalismo brasileiro surgiu a partir da experiência de um Estado Unitário descentralizado, criado em 1824 (SANTIN; FLORES, 2012), caracterizado por possuir um território de proporções continentais com profundas diferenças regionais. Assim, a ‘revolução republicana’ de 1889, que deu origem ao sistema federativo brasileiro, surgiu de modo análogo a uma força centrípeta, uma vez que tentou seguir o modelo absolutista, concentrando poderes no governo federal e apenas reconhecendo a soberania das províncias. O federalismo brasileiro era principalmente fiscal, voltado principalmente ao sistema tributário nacional, mas concentrando as grandes decisões políticas no governo federal, o que causou diversos conflitos na esfera local.

Ao contrário dos Estados Unidos e da França, a República brasileira não surgiu de uma guerra pela independência de seus Estados ou de um levante popular, mas por meio de um golpe militar sofrido pela Monarquia, objetivando restaurar a ‘dignidade’ das forças armadas (SANTIN; FLORES, 2012, p. 60).

Verifica-se, dessa forma, uma sequência de movimentos políticos e sociais de caráter regional, desde meados do século XIX e estendendo-se até o início do século XX, marcados pela atuação repressiva e violenta do estado brasileiro na manutenção da unidade nacional, e pelas disputas de poder em torno da capital federal, no Rio de Janeiro e, nos âmbitos estaduais, nas suas respectivas capitais. É neste período que se verifica o surgimento e a expansão do fenômeno do coronelismo como expressão política da articulação dos interesses econômicos das elites agrárias, em consonância aos interesses políticos das esferas federais, consolidados no mecanismo que ficou conhecido como a ‘política dos governadores’. No interior do país, no entanto, os municípios acabaram sendo controlados pela força destes interesses, pela ação direta do coronelismo.

É neste contexto que verificamos uma situação paradoxal pois, ao mesmo tempo em que eram controladas politicamente pelos interesses das elites agrárias, permaneciam à margem das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Contudo, verificou-se que no interior do Estado do Rio Grande do Sul, surgiram novas modalidades de auto-organização das realidades locais. Do ponto de vista econômico, esse Estado foi, para Castro, “o único caso bem sucedido de

desenvolvimento voltado para dentro” (CASTRO *apud* FONSECA, 1983, p.15). O crescimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, no período analisado¹, reflete em mudanças sociais significativas, como o desenvolvimento de pequenas indústrias, uma elevada taxa de nascimento (especialmente nas áreas de colonização italianas e alemãs), aumento significativo nas taxas de alfabetização (índice de crescimento superior à região sudeste). Entre 1872 e 1890, a população da província quase dobrou devido à imigração: de 447 para 897 mil habitantes (LOVE, 1975, p. 19-20). Estes colonos dedicavam-se à policultura de cereais tradicionais no velho mundo: centeio e batata (alemães) e uvas (italianos), num processo de desenvolvimento que guarda certas semelhanças com o processo verificado nas 13 colônias inglesas, 2 séculos antes.

Estas regiões de colonização europeia, situadas no interior do RS, encontravam-se em situação de relativo abandono do poder público. Relativo pois, do ponto de vista político, o controle dos coronéis do Partido Republicano Riograndense sobre os processos eleitorais era quase absoluto; mas do ponto de vista econômico, os interesses políticos se concentravam em manter condições favoráveis para os principais produtos da balança comercial, em especial, a produção de charque. Sobre esse abandono, reflete Love:

Os habitantes da Serra sentiram-se tão abandonados pelo governo provincial que, por duas vezes, a Câmara Municipal de Cruz Alta apelou pela criação de nova província na Serra. Em 1884, a Câmara acusava que seus habitantes sofriam ‘completo abandono: Não temos uma ponte, uma estrada, qualquer obra pública’. De fato, queixava-se a Câmara, o governo provincial jamais enviara um alto funcionário para visitar a região, e os porto-alegrenses pensavam que a Serra fosse habitada apenas por índios selvagens (LOVE, 1975, p. 21).

Em comunidades de forte identificação étnica, estes grupos desenvolveram-se numa dinâmica que envolvia uma economia voltada para dentro da própria comunidade, e um intrincado mecanismo de autoajuda-mútua (*Selbsthülfe*), manifestado tanto na realização de mutirões para construção de obras comunitárias, quanto na organização de entidades sociais para o desenvolvimento local, em geral com a participação e orientação das igrejas (católica e protestante). Esse espírito tradicionalista, manifestado através de um *ethos* de vocação para o trabalho (WEBER, 1994, p. 65), encontrou nas comunidades coloniais de orientação alemã um forte apelo na organização de cooperativas de crédito, voltadas para o atendimento das necessidades comunitárias.

As primeiras sociedades de crédito cooperativas foram criadas para combater a usura das casas bancárias que atuavam nas regiões coloniais. As “Caixas Rurais *Raiffeisen*”² atuaram livremente no Rio Grande do Sul no início do século XX,

1 A região da Serra Central do RS estava em situação melhor do ponto de vista do desenvolvimento social: elevou, em 1872, o RS ao 3º lugar entre as províncias em relação à taxa de alfabetizado (21,9% em todas as idades), 1º lugar em 1891; 10º lugar a contagem de escravos em 1887 (última contagem oficial), com 8.442 escravos (1/5 da população total), a maioria no sul do litoral e na campanha (1º POA, 2º Pelotas e 3º Bagé) (LOVE, 1975, p. 21).

2 *Raiffeisen*: As chamadas “Associações de Amparo aos Agricultores sem Recursos”, ou Darlehenskasse (fundo de empréstimo), se popularizaram no Brasil com o nome de Caixas Rurais Raiffeisen. Foram criadas na Alemanha, por volta de 1848, para eliminar a figura do intermediador, reunindo as

reinvestindo as poupanças da comunidade na construção de obras de interesse público. Valendo-se de algumas experiências verificadas nestas caixas rurais, ampliamos nossa reflexão sobre práticas de poder local a partir da atuação destes grupos sociais na condução de políticas públicas na esfera local. A ausência do Estado e a ação supletiva das entidades cooperativas na primeira metade do século XX, especialmente em comunidades formadas por imigrantes alemães no sul do Brasil, já foi objeto de estudo deste autor, publicado em 2012 sob o título “Elos & Correntes” (PEREIRA, 2012).

Existem muitas formas diferentes de cooperativismo, porém todas compartilham entre si o fato de buscarem na associação de pessoas a resolução de problemas locais e mais qualidade de vida, um fenômeno bastante presente na contemporaneidade, estudado tanto do ponto de vista da melhoria das condições ambientais de vida, num determinado local, quanto do ponto de vista da melhoria das condições econômicas e sociais de vida. Assim, em todas as suas diferentes formas de apresentação, o cooperativismo oferece uma forma de se pensar os indivíduos no interior deste complexo de relações sociais e econômicas, verificadas na formalização/institucionalização dessas relações no próprio ato cooperativo. Ou seja, o conjunto de relações invisíveis entre os sujeitos corporifica-se na criação de instituições que teriam como característica fundamental a própria interação entre os indivíduos que a integram.

Em José de Souza Martins (1973), entendemos o conceito de ‘sociedade’ em oposição ao conceito de ‘comunidade’. Para ele, a comunidade é uma idealização utópica, um sinônimo de resistência à expansão do sistema capitalista. Bauman (2003, p. 20) também contrapõem comunidade e sociedade, referindo-se à primeira como parte de um entendimento compartilhado por seus membros, e a segunda como o consenso, típico acordo de pessoas de opiniões diferentes, caracterizada pela disputa e pela contrariedade. Se pensarmos na aplicação dessa terminologia à fase de implantação do capitalismo no Brasil, veremos que ela será convencionalmente utilizada pelos trabalhadores deslocados da periferia europeia para o contexto brasileiro. Apresentando-se como uma ‘sociedade local’, a comunidade e suas características singulares são conduzidas sem mediações contratuais ou societárias, como uma esfera não racionalizada da vida social onde os homens, em estado natural, “permanecem unidos apesar de todas as separações” (MARTINS, 1973, p. 32).

Martins também conceitua a migração como o processo de transição de um ou mais sujeitos de uma sociedade para outra; mas não apenas de unidades físicas num contexto geográfico, mas sim um complexo sistema de valores e culturas. A socialização não está apenas na sociedade de adoção, mas na

Evidência de que a própria sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que provoca o desencontro de sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo [e] a imigração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção (MARTINS, 1973, p. 19-22).

economias dos agricultores e convertendo-as em empréstimos a juros mínimos para os que necessitavam financiamento, além de pagamento de juros a todos que deixassem suas economias aplicadas, caracterizando uma forma de crédito rural, ou seja, crédito destinado para investimento em atividades agrícolas, segundo a concepção teórica de Luz Filho (1933).

Apresentamos até aqui dois importantes modelos conceituais que se propõem a esclarecer as estruturas de ligação entre as pessoas em condições diferenciadas de evolução social: a comunidade e a sociedade. Ambos os conceitos possuem importância basilar, na medida em que nos auxiliam a compreender a complexidade das relações socioeconômicas ocorridas no movimento cooperativista, nascido, por sua vez, dentro de um complexo contexto de revoluções da matriz produtiva europeia no século XIX, e que migrou, juntamente com os sujeitos oriundos dessas transformações, para um espaço e tempo específicos: o interior do Rio Grande do Sul no início do século XX.

Criada para conter o avanço do desemprego e da pauperização dos antigos tecelões, a cooperativa de consumo de *Rochdale* (experiência tradicionalmente conhecida como os ‘Pioneiros de *Rochdale*’) era uma sociedade de compra e distribuição de mantimentos que buscava na capitalização das míseras economias dos seus associados uma alternativa frente às transformações geradas pelo processo revolucionário industrial, eliminando os intermediários e adquirindo os seus produtos de consumo (e posteriormente de produção) diretamente dos fabricantes. Assim, vemos que as primeiras experiências do cooperativismo formalmente organizado foram surgindo como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social” (DUARTE, 1986, p. 13).

Segundo Thompson (1998), a venda de alimentos em tempos de escassez, bem como emoções despertadas pelo desabastecimento, reivindicações populares junto às autoridades, e o lucro em situações de emergência, eram ações que davam um “peso moral” aos protestos de camponeses e trabalhadores urbanos e, em conjunto, formavam a “economia moral dos pobres” justificada pelo autor como: “a maneira como muitas relações ‘econômicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas” (THOMPSON, 1998, p. 258). Assim, ela não seria uma forma estática de organização econômica, mas sim um sistema dinâmico voltado para o tradicional, surgindo como resultado da ascensão da cultura capitalista, como uma crítica ou como um movimento de resistência.

A economia moral dos pobres surge então como uma espécie de precursor do movimento cooperativista moderno; por meio de grupos de “reguladores de preços” que apreendiam produtos agrícolas de fazendeiros locais ou comerciantes em passagem pela comunidade e os vendiam a preços considerados justos, repassando o valor das vendas aos proprietários numa transação característica dos costumes e da moral da comunidade local:

O avanço da nova economia política foi também o colapso da antiga economia moral das provisões (...). A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenitas, e continuou a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado (THOMPSON, 1998, p. 202).

Hobsbawm cita a imigração e a formação das cooperativas como as duas reações não governamentais mais comuns da parte dos camponeses, “principalmente dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bem líquidos, estes sobretudo camponeses com

propriedades potencialmente viáveis” (HOBBSAWM, 2008, p. 60). Na Inglaterra, por exemplo, a diminuição da produção de alimentos e as mudanças na economia doméstica provocaram uma carestia generalizada de alimentos, o que explicaria a experiência pioneira no vilarejo de Rochdale, em 1844, com a criação de uma cooperativa de consumo. Poucos anos depois, na França, Alemanha e Itália, a experiência foi com cooperativas de trabalho e de crédito. Walter Frantz explica que:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação (FRANTZ *et al.*, 2006, p. 30).

Entre os séculos XVIII e XIX, fatores como o avanço tecnológico e o êxodo rural contribuíram para a chamada ‘Revolução Industrial’, convertendo oficinas artesanais em fábricas e impingindo profundas mudanças, especialmente para as classes camponesas e operárias, subordinadas ao poder econômico. O cooperativismo emerge deste contexto, proposto como uma ferramenta de enfrentamento das dificuldades econômicas e dos problemas sociais originados nestas dificuldades. Esta concepção alternativa de enfrentamento das transformações inerentes ao modelo de economia liberal, atravessou o Atlântico enraizada na visão de mundo dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul a partir do século XIX, constituindo-se numa forma de ação igualmente proposta para suprir a ausência do Estado.

Criadas para combater a usura das casas bancárias que atuavam nas regiões coloniais, as Caixas Rurais Raiffeisen atuaram livremente no Rio Grande do Sul no início do século XX, reinvestindo as poupanças da comunidade na construção de obras de interesse público. Estas caixas rurais eram inspiradas no modelo alemão de Raiffeisen, constituindo caixas econômicas municipais de reinvestimento local que criavam uma modalidade de investimento produtivo, sem especulação nem mercado futuro, procurando eliminar (ou ao menos minimizar) o que Dowbor chama de eterno problema do atravessador, manifestado pela cartelização do comércio e das finanças locais e pelo alto custo social do sistema de intermediação financeira: “Controlar o uso e a produtividade dos recursos financeiros é essencial para justamente desenvolver as atividades que interessam às comunidades” (DOWBOR, 1999, p. 61).

A história dos bancos no Brasil começa e se desenvolve como uma atividade de estímulo aos interesses de grupos restritos. Nas primeiras décadas do século XX, verificamos no Rio Grande do Sul a existência de pouquíssimos bancos nacionais privados, e alguns outros de capital internacional, atuando nos grandes centros econômicos estaduais, e no interior do estado através de casas bancárias particulares e/ou correspondentes. Estes eram geralmente comerciantes influentes nas regiões coloniais, e submetiam os colonos a procedimentos financeiros usurários. Roche faz alusão a este tipo de atividade comercial:

Eis, enfim, a última parte do papel do comerciante na economia das zonas rurais, sobretudo em fase pioneira: pelo jogo do mecanismo da conta corrente, não somente ele foi levado a conceder crédito a seus fregueses (à taxa de 12%), mas também se tornou seu banqueiro. Os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante. Alguns colonos até lhe pagavam uma taxa, para que guardasse o seu dinheiro, isso existe

desde 1890 e correntemente se encontra, durante todo o século XX, nas contas de casas de comércio das colônias (ROCHE, 1969, p. 422).

Partindo dessa análise geral da conjuntura que envolve a criação das caixas de crédito rural no sul do Brasil, vemos em todas estas cooperativas de crédito criadas no Rio Grande do Sul até os anos 1930, foram estimuladas e divulgadas especialmente pela ação de religiosos de diversas ordens, mas principalmente de jesuítas que integraram primeiramente a *Bauerverein* e posteriormente a *Volksverein* – Sociedade União Popular. Para Frantz,

o envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado (FRANTZ *et al.*, 2006, p. 41).

Schallemberger (2004) também se refere ao fenômeno de expansão das caixas rurais pela ação da igreja, definindo esta última como a “Igreja da Imigração”, cujo objetivo era buscar soluções para as famílias e para as comunidades através da valorização do espaço econômico agrícola no mercado local e internacional. O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas na busca dessas soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender as necessidades locais.

É agindo neste sentido, e baseados no tradicional discurso cooperativista da autoajuda-mútua, que inúmeras comunidades coloniais organizaram suas caixas rurais nos moldes do sistema *Raiffeisen* alemão. Esse semi abandono da política oficial do estado paralelamente a criação de uma classe de produtores pequenos proprietários durante a Primeira República, é que produziu um empoderamento das Igrejas na ordenação do projeto de colonização em diversas frentes de expansão, organizando social e economicamente e interferindo na condução da vida pública dessas comunidades pelo o cooperativismo de crédito, que financiará a atividade agrícola e a mercantilização da produção, além de reaplicar os resultados dessa atividade na execução de obras de infraestrutura local defendendo interesses dos colonos organizados.

São exemplos dessa experiência as Caixas Rurais União Popular de Nova Petrópolis (a primeira, fundada em 1902), de Serro Azul (fundada em 1913) e a de Serra Cadeado (fundada em 1925). Em comum o fato de que todas as caixas citadas permanecem em atividade ininterrupta desde sua fundação, compondo atualmente um amplo sistema bancário de crédito cooperativo (Sicredi).

A primeira Caixa de Crédito Rural do Brasil, fundada em 1902, em Nova Petrópolis, pela Associação Rio-Grandense de Agricultores – *Bauerverein*, que possuía caráter interconfessional, foi posteriormente substituída pela Sociedade União Popular Católica – *Volksverein*, entidade criada durante o Congresso de Teutos em Venâncio Aires, no ano de 1912. Nesta altura o Brasil já possuía também uma referência legal para o cooperativismo de crédito, embora muito vaga: o Decreto do Poder Legislativo nº 979 (BRASIL, 1903), que permitia aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou de consumo,

porém, sem qualquer detalhamento do assunto. Em 05 de janeiro de 1907 o Decreto nº 1637 (BRASIL, 1907) dá novas instruções às cooperativas. Segundo ele, elas poderiam ser organizadas como sociedades autônomas, em nome coletivo ou comanditas, e regidas por leis específicas (art.10). Já o artigo 23 dizia:

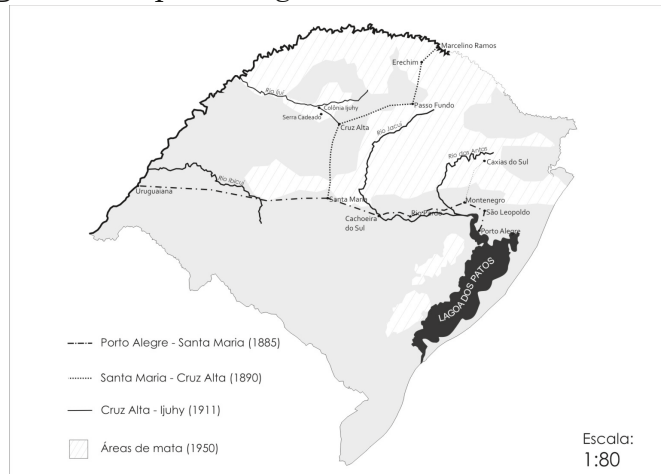
As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo de operações e transações de valor não excedente a 1:000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos (BRASIL, 1907)

Debruçamo-nos sobre a documentação de um desses exemplos, fundada em 1925 na região noroeste do Rio Grande do Sul, no interior do então Município de Ijuí: a Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, cuja ata de fundação já demonstra parte dos objetivos que este estudo se propõe elucidar: “Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão” (ATA DE FUNDAÇÃO, 1925).

A fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado (colônia situada nos arredores de Ijuí) deu-se pelo trabalho de orientação da comunidade por um padre da ordem jesuíta, pe. João Evangelista Rick. Tanto a Associação Rio-grandense de Agricultores (*Bauerverein*) quanto sua substituta, a Sociedade União Popular (*Volksverein*) possuíam caráter associativo, sendo sugeridas e organizadas também por um padre da ordem jesuíta, o suíço Theodor Amstad. Verifica-se esta característica na totalidade das caixas rurais fundadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do nordeste da Argentina, qual seja a participação decisiva de padres de diversas ordens religiosas:

O envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado (FRANTZ *et al.*, 2006, p. 41).

Imagem 1: Mapa da região colonial do noroeste do RS.



Fonte: PEREIRA, 2012.

No entanto, o meio religioso não era unânime quanto à fundação das Caixas de Crédito Rural e elas encontraram resistência de muitos dos clérigos da própria igreja católica, que consideravam prematuras as ideias de Amstad e Rick. Em suas memórias, pe. Rick menciona que muitos de seus colegas de batina consideravam a ideia das caixas rurais “pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 46). Mas o descrédito desses clérigos foi desaparecendo conforme os resultados começavam a aparecer. As Caixas de Crédito, consideradas “prematuras”, passaram a contribuir para o desenvolvimento das comunidades, reinvestindo parte dos resultados da atividade cooperativo-financeira na construção de escolas, hospitais, salões comunitários e inclusive igrejas, dentre outras obras de caráter comunitário.

Os objetivos que inicialmente orientavam os associados da Caixa eram bastante claros e precisos, ligados às necessidades financeiras dos moradores da localidade; obtenção de recursos necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. A ata de fundação da Caixa de Serra Cadeado refere-se aos seguintes objetivos específicos:

Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão; Fazer empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsáveis por amortização periódica, mediante garantia e de acordo com as regras estabelecidas pela direção; Os empréstimos deveriam ter lugar para certo e determinado fim, julgado útil e reprodutivo pela direção; Os juros seriam calculados pelo saldo efetivamente devido; A sociedade poderia também receber, em depósito a prazo fixo ou em conta-corrente limitada ou de movimento dinheiro a juros não só de sócios como de pessoas não pertencentes à sociedade; Os valores máximos de empréstimos e a soma total dos encargos da sociedade seriam fixados anualmente pela Assembleia Geral (ATA DE FUNDAÇÃO, 1925).

Citando a “usura”, o texto da Ata de Fundação faz referência a atividade realizada por comerciantes instalados na linha colonial que, diretamente ou indiretamente, atuavam como agentes creditícios dos colonos, seja na aquisição e revenda da produção (compra com preço mínimo e revende nos centros urbanos a altos preços), como também emprestando dinheiro à juros, pelo empréstimo direto ou pela venda de bens de consumo para pagamento com a produção adquirida. Maestri fornece importantes detalhes desta atividade:

Em relação aos bancos gaúchos, Langemann diz que “uma característica peculiar do cenário financeiro gaúcho pré-1930 foi a ausência quase total de bancos nacionais privados” (2007, p. 231). Após 1930, verifica-se que os bancos nacionais de depósito e desconto que foram sendo implantados tinham iniciativa local, para atender aos desdobramentos da economia regional onde surgiram e atuam. Assim, mesmo quando filiais eram abertas em outras localidades, prevaleciam os interesses do grupo econômico originado na sua sede.

Ao lado dos bancos atuavam empreendimentos menores, as casas bancárias particulares. Sem dúvida, em situação mais favorável para exercer essa atividade se encontrava o comerciante. Era, pois, muito comum que ele combinasse a atuação

comercial com a representação de bancos, dos quais era correspondente. Mas também atuava em faixa própria, realizando empréstimos e até aceitando depósitos.

As comunidades do interior do Estado, focos de colonização por imigrantes (como a região noroeste do RS), quando se deparavam com a necessidade de capitais para investimento na atividade produtiva, buscavam-no junto aos comerciantes locais, igualmente integrados ao funcionamento das instituições bancárias dos grandes centros. Estavam sujeitos aos objetivos dos grandes bancos e ainda aos objetivos do pequeno comerciante local, intermediário do sistema financeiro. Não bastasse a condição de submissão ao capital originado nestas instituições/pessoas, o colono via o resultado de seu trabalho fluir para os cofres localizados à distância da sua realidade. Fazer oposição a esta condição de submissão à usura talvez tenha sido a mais relevante motivação das Caixas Rurais instaladas nos núcleos coloniais, pois prejudicava a atividade de mercantilização da produção e consequentemente o pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva.

A Caixa Rural de Serra Cadeado foi fundada em 21 de maio de 1925, pouco mais de 23 anos depois da colonização oficial da Serra do Cadeado (então 2º distrito de Ijuí), com a finalidade de ser uma instituição creditícia de caráter cooperativo para o amparo dos colonos residentes naquele contexto, além de acelerar o desenvolvimento econômico local. A fundação ocorreu na residência do primeiro gerente, José Norbert, de acordo com os moldes do então Sistema *Raiffeisen*, que já possuía no Brasil uma (única) referência legal: o Decreto nº 1637 (BRASIL, 1907). Na ata de fundação da Caixa Rural de Serra Cadeado, encontramos o registro do seu primeiro Estatuto Social que, além de detalhes da organização e do funcionamento da Caixa, previa a criação de um fundo de reserva, destinado a reparar eventuais prejuízos sofridos pela cooperativa no exercício de suas atividades, fundo este que não seria partilhado ou distribuído entre os sócios no final do exercício. Ele seria composto de doações de qualquer natureza recebidas pela Caixa, mas principalmente de 80% dos lucros verificados anualmente pelo balanço contábil. Os 20% restantes seriam destinados para fins beneficentes e despesas gerais da Caixa (ATA DE FUNDAÇÃO, 1925).

Entre os fundadores da Caixa de Serra do Cadeado encontravam-se trabalhadores dos mais diversos ofícios. A maioria eram agricultores, mas havia também muitos ‘homens de negócios’, profissionais de ofício e professores. José Norbert, Theobaldo Weiler e João Kipper Filho figuravam entre os de estudo acima da média. Eram professores e coordenavam diversas funções na comunidade. Observa-se que entre os fundadores, não obstante prevalecessem majoritariamente agricultores, havia grande número de profissionais liberais que desempenhavam atividades relacionadas ao domínio urbano. Ou seja, mesmo se tratando de uma caixa de crédito rural, a crescente urbanização do contexto colonial já carecia, até mesmo como requisito para o desenvolvimento, de uma oferta de crédito contínua e local. A primeira sede da caixa ficava cerca de 1 km distante da sede da vila, e as sedes posteriores ficavam no entorno da praça central do município.

A tabela a seguir ilustra a diversificação já existente no momento da fundação da Caixa de Serra do Cadeado no interior de Ijuí, cuja ordem está de acordo com as

assinaturas dos respectivos sócios na ata de fundação:

Tabela 1: Os fundadores e seus ofícios³.

NOME	OFÍCIO	NATURALIDADE
José Lange	Serralheiro e Empresário	Santa Cruz-RS
José Norbert	Agricultor e Professor	Áustria
Theobaldo Weiler	Professor	Desconhecida
Guilherme Boehm	Agricultor	Desconhecida
Pedro Weinmann	Industrial (cervejeiro)	Desconhecida
Guilherme Feyh	Agricultor	Desconhecida
João Kipper Filho	Professor	Estrela-RS
João Haas Neto	Seleiro e Sapateiro	Desconhecida
Bertholdo H. Kronbauer	Ferreiro	Desconhecida
Luiz F. Kronbauer	Agricultor	Desconhecida
Francisco Lange	Empresário	Estrela-RS
Ferdinando Goergen	Agricultor	Desconhecida
Reinoldo Goergen	Agricultor	Desconhecida
Alberto Arenhardt	Agricultor	Desconhecida
Alberto van der Sand	Construtor	Holanda
Sebastião Bieger	Agricultor	Desconhecida
Nicolau Watthier	Agricultor	Desconhecida
Otto Goergen	Agricultor	Desconhecida
Christovão Lange	Empresário	Estrela-RS
Affonso Bohn	Ferreiro	Desconhecida
Jacó Bruno Arenhardt	Agricultor	Desconhecida
José Watthier	Agricultor	Desconhecida
Henrique Overgoor	Agricultor	Desconhecida

Fonte: Livro de matrículas nº 1 da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado.
Acervo Sicredi Augusto Pestana.

³ José Watthier e Henrique Overgoor, embora não tenham assinado a ata de fundação, assinaram o livro de matrículas com data do dia 21 de maio de 1925, e por esse motivo podem ser considerados, igualmente, fundadores da CRUPSC. Possivelmente não estiveram presentes na fundação, pois, conforme consta nos registros da fundação, teria ocorrido numa chuvosa tarde de quinta-feira. As grandes distâncias e as condições das estradas talvez tenham sido a causa do não comparecimento no dia da fundação.

Os estatutos da Caixa Rural de Serra do Cadeado preservaram informações que auxiliam a compreender esta dinâmica. A criação de caixas de crédito rural tratou-se de uma política progressista-liberal promovida pela doutrina social da igreja da colonização. Desejava atender às necessidades materiais e financeiras dos moradores da localidade, intermediando a sua inclusão no mercado de excedentes, numa tentativa de minimizar os impactos negativos da economia capitalista. Primeiramente, a acumulação de recursos comunitários necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. Posteriormente, a aplicação de parte das sobras verificadas no exercício anual em obras de caráter comunitário, como as mencionadas anteriormente, conforme analisamos anteriormente nas informações encontradas na Ata de Fundação da Caixa de Serra Cadeado (1925).

Assim, a forma de crédito colocada em prática entre os cooperados da Sociedade União Popular, coincidia com a ideia propagandeada por Raiffeisen no século anterior, como “uma recompensa de uma conduta laboriosa e moral” (RAIFFEISEN *apud* LUZ FILHO, 1964, p. 34). Devido a isso, somente seria liberado pela diretoria se destinasse para uma finalidade julgada útil para a comunidade. A “usura” à que se refere o texto da Ata de Fundação, refere-se a mesma atividade (de crédito) que era realizada por comerciantes instalados na (ou próximo a) linha colonial que, direta ou indiretamente, atuavam como financiadores dos colonos, conforme verificamos em Maestri:

Eram pequenos, médios e grandes comerciantes que acaparavam a maior parte da riqueza produzida na colônia, ao comprarem a produção colonial por baixo preço e ao venderem o que o colono necessitava por alto valor (...). O comerciante pagava ao colono apenas vender seus produtos e servia-lhe de banco, emprestando-lhe dinheiro a juros e guardando suas economias sem remuneração. Portanto, financiava com os recursos do colono os produtos que lhe vendia. Era forte a dependência cultural, ideológica e política do colono ao vendeiro. Ele aconselhava-o nas iniciativas econômicas, na introdução de novas plantas, representava-o em algumas ocasiões, etc (MAESTRI, 2000, p. 83).

Fazer oposição a esta condição de submissão a usura, promovida pelos estabelecimentos financeiros tradicionais, talvez tenha sido a mais relevante motivação para instalação das caixas rurais e para os indivíduos que a ela se associavam, pois a cobrança abusiva de juros certamente prejudicaria a mercantilização da produção e consequentemente o próprio pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva. Do ponto de vista urbano, pequenos negócios encontrariam na caixa rural condições de empréstimo melhores do que naqueles bancos maiores, instalados na sede do município, o que se constituiu em fator de atração de associados da sede para o interior.

Do ponto de vista da realidade local, devemos considerar também que a população de Serra Cadeado também estava aumentando com a chegada de mais imigrantes. Este aumento populacional devia-se, por sua vez, a chegada da ferrovia à Colônia Ijuhy, em 1911, e gerou uma preocupação na comunidade com a produção de gêneros alimentícios e artigos de uso diário que escasseavam pela grande distância dos centros urbanizados e pela situação financeira dos agricultores. Neste sentido, também a falta de estradas era considerada um problema sério. A única que comunicava a localidade com a sede do Município de Ijuí levava um dia (ou mais,

dependendo do transporte) de viagem.

Martins (1973) argumenta que a frente de expansão pioneira é decorrente da necessidade de absorção do excedente demográfico incontido na fronteira econômica, mas igualmente da necessidade de produção de excedentes para a economia do mercado capitalista. A diversificação de empreendimentos econômicos é uma de suas características principais, pois na medida em que transforma a produção do excedente em mercadoria, comprando, vendendo e financiando a produção e o comércio, amplia a faixa de atuação do capital e formaliza a implantação do novo modo de produção. Nesta categoria de empreendimentos, o autor classifica as empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais e bancárias, necessidades diretas da reprodução da sociedade capitalista.

Caixas rurais, como a de Serra do Cadeado, foram criadas para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas. Aos poucos, foram acumulando recursos financeiros por meio do princípio da autoajuda-mútua e reemprestando-os aos associados para que os empregassem em atividades julgadas úteis para a comunidade, mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada (na cooperativa), revertia-se para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da Caixa de Serra do Cadeado no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos”. Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores e profissionais liberais do espaço comunitário que desejavam crescer e prosperar economicamente, conquistando melhorias na qualidade de vida.

Considerações finais

Nascida no seio da comunidade, a Caixa Rural foi criada para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas em seu entorno, em geral colonos pequenos proprietários, sem ou com poucos recursos individuais para investimentos, dependentes, portanto da rede de comércio local, que acaparavam grande parte da sua produção. A Caixa Rural atuou inicialmente acumulando recursos financeiros por meio da autoajuda e re-emprestando aos associados mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada em cooperativa, reverter-se-ia para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da Caixa Rural no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos” (Ata de fundação, 1925). Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores, professores, construtores e trabalhadores em geral, pessoas da comunidade e, como tal, desejavam o seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida. O fundo de reserva foi instituído, por um lado, para dar segurança aos investimentos feitos na Caixa e, por outro, para reinvestir parte das sobras diretamente em obras que se destinavam ao desenvolvimento da comunidade. Em Serra Cadeado, verificamos a aplicação do fundo de reserva em obras comunitárias como a construção do primeiro hospital

comunitário, da primeira escola pública, do salão comunitário, do colégio interno e das duas igrejas (católica e evangélica). Fundador das Caixas Rurais de Serro Azul e Serra Cadeado, pe. Rick compreendia que “pelos excedentes do fundo de reservas puderam apoiar-se obras de utilidade comum” (RICK *apud* RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 30). O trabalho das Caixas Rurais no âmbito da formação e desenvolvimento das colônias de imigrantes do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, estabeleceu uma relação íntima com os anseios comunitários, tanto com o oferecimento de recursos para a produção, pelo trabalho associativo dos colonos, quanto reinvestindo as sobras da atividade financeira na própria comunidade, em obras de infraestrutura que não eram disponibilizadas pelos (quase sempre) inexistentes serviços públicos estatais.

A ação da Caixa Rural na comunidade teve um papel fundamental, não só pelo trabalho de poupança e empréstimos para fins ligados à produção agrícola, mas também pelo desenvolvimento da mentalidade associativa, e com isso o fomento de outros tantos setores da comunidade. Analisando as ações da caixa de Serra Cadeado no decorrer dos anos 1920 e 1930, percebemos que sua existência possibilitou o oferecimento e a ampliação de inúmeros serviços, tanto na área rural quanto na área urbana. Situações semelhantes poderão ser encontradas observando o desenvolvimento das demais caixas criadas nesse contexto, já que faziam parte de um projeto de desenvolvimento das regiões coloniais promovido pela Sociedade União Popular, antiga associação de agricultores do RS, que tinha em suas metas, justamente,

Buscar soluções para as famílias e para as comunidades e valorizar o espaço econômico agrícola no mercado local e internacional. O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas de buscar soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender tais necessidades (SCHALLENBERGER, 2004, p. 4).

Através da organização em cooperativas, as comunidades destas regiões coloniais buscaram formas de influir nas relações de mercados, procurando opor-se ao controle exercido pelos comerciantes e intermediários locais sobre preços, comunicação e circulação de mercadorias e serviços. As dificuldades podem ser encontradas tanto na demanda de recursos para a produção, quanto na estrutura de comercialização disponível nestes espaços coloniais.

Vimos que as práticas de autoajuda-mútua estudadas resultaram na organização de núcleos comunitários de poder local, contribuindo para o entendimento sobre os impactos da ausência do Estado, na forma de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social dos médios e pequenos produtores rurais, pode ter na organização do poder local. Neste caso, tal ausência resultou na realização de ações supletivas das entidades associativas que representavam os interesses locais. Entretanto, após o fim da primeira República e, com ela, do coronelismo, a centralização do poder e o aumento da regulamentação e do controle estatal sobre estas entidades, fez com que a maioria das Caixas Rurais encerrasse suas atividades entre 1930 e 1945. A centralização destas entidades nas novas instituições e legislações do Estado Novo desarticulou o movimento associativo sul-rio-grandense

que, desde o início do século XX, vinha se constituindo como uma forma de organização político-administrativa singular, atuando nas economias locais mediante o trabalho de captação das pequenas economias coloniais.

Referências

Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Arquivo Sicredi das Culturas, 25 de maio de 1925.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRASIL. *Decreto nº 979, 06 de janeiro de 1903*. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1903. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 1637, 05 de janeiro de 1907*. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial, 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html#:~:text=Art.,interesses%20profissionais%20de%20seus%20membros>. Acesso em: 09 dez. 2024.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1999

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANTZ, Walter *et al.* *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Unijuí, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LANGEMANN, Eugenio. O Setor Financeiro: das origens ao drama bancário. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LOVE, Joseph L.. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUZ FILHO, Fábio. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933.

LUZ FILHO, Fábio. *As Cooperativas e os problemas da terra*. Rio de Janeiro, Editora Melso Soc. Anônima, 1964.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

PEREIRA, Josei Fernandes. *Elos & correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC: Florianópolis, 2007.

_____; FLORES, D. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. *Revista Justiça do Direito*, v. 21, n. 1, 4 jan. 2012.

SCHALLEMBERGER, Erneldo. Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas. In: *Informe GEPEC*, UNIOESTE, Vol. 8, No 1, 2004.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.